



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 13 / 03 / 2020

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Henrique
Pereira

para relatar.

Em 14 / 04 / 20

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 48 DE 10 DE MARÇO DE 2020, QUE:

"Estabelece disposições transitórias relativas à circunscrição territorial das serventias extrajudiciais do Estado do Piauí e ainda não instalados"

RELATOR: Deputado **HENRIQUE PIRES**

1- RELATÓRIO

Trata-se de proposição oriunda do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através do Ofício Nº 8809/2020, tendo como objeto a RESOLUÇÃO Nº 174/2020, de 02 de Março de 2020 deste mesmo tribunal, que aprova minuta de projeto de lei estabelecendo disposições transitórias relativas à circunscrição territorial das serventias extrajudiciais previstas pela Lei Complementar nº 234/18 e ainda não instaladas. De acordo com o anteprojeto, conforme trecho transcrito abaixo:

"O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Enquanto não forem instaladas as serventias extrajudiciais criadas pela Lei Complementar Estadual Nº 234/2018, os atos notariais e registrais correspondentes às suas circunscrições municipais deverão ser executados pelas serventias extrajudiciais listadas na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º. O disposto no art. 1º desta lei vigorará somente até a instalação da serventia extrajudicial, por meio de delegação a titular devidamente aprovado em concurso público de provas e títulos.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
GOVERNADOR DO ESTADO
SECRETÁRIO DE GOVERNO"

(Grifo nosso)

Esse é o relatório,

2- VOTO DO RELATOR



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Sendo assim, passo a emitir o parecer por observância dos artigos 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno da Casa.

A iniciativa da presente proposição ocorreu em conformidade com o que dispõe o artigo 96, II, alíneas b) e d), da Constituição Federal do Brasil, de 1988 e artigos 75, II e 123, II, da Constituição Estadual, não havendo, portanto, vício de iniciativa.

Com efeito, alterações nas leis de organização e divisão Judiciária do estado do Piauí, dar-se-ão mediante lei complementar e por aprovação da maioria absoluta dos membros do parlamento estadual, conforme previsão expressa no Art. 77, II da Constituição do Estado do Piauí, senão vejamos:

"Art. 77. As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.

Parágrafo único. São leis complementares:

I - os códigos de Finanças Públicas e o Código Tributário;

II - a Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado;"

Dessa forma, pontuo que o projeto de lei em análise deve ser distribuído como Projeto de Lei Complementar, aplicando-se as formalidades procedimentais de praxe.

Por fim, manifesto-me **pela aprovação** da proposição como **projeto de lei complementar**, em razão de sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade, bem como da boa técnica legislativa apresentada.

Este é o meu parecer.

3- PARECER DA COMISSÃO

Apresentado o parecer, submeto à apreciação dessa comissão. Em discussão, em votação:

- a) **Pela aprovação como Projeto de Lei Complementar (x)**
- b) Pela rejeição ()

Sala das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí. Teresina, 25 de agosto de 2020.

Dep. HENRIQUE PIRES
RELATOR

Protocolado e assinado eletronicamente
ALP/2020

Dep B S
Dep Guese Brito
Dep Jca lei me
Dep Joao Reis

APP	UNANIMIDADE
EM	06/10/2020
Dep Sweno	
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:	
Justiça	



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Adm. Pública
para os devidos fins.

Em 07/10/2020

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Sirmino

Paulo
para relatar.

Em 07/10/2020

Presidente da Comissão de Administração
Pública

Relator apresenta o Parecer da
Comissão de Justiça

Reunião virtual

APROVADO À UNANIMIDADE

EM, 27/10/2020

Dep Sirmino
PRESIDENTE DA COMISSÃO

Adm. Pública

Dep Sirmino
Dep Eusebio Brito
Dep Joo Costa
Dep Cicero
Dep Henrique
Rui